

2

0

0

9

**DEMONSTRAÇÕES**

**CONTÁBEIS**

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EM 31 DE DEZEMBRO

### A T I V O

Legislação Societária		
Valores expressos em milhares de Reais		
	<u>2 0 0 9</u>	<u>2 0 0 8</u>
<b><u>Circulante</u> .....</b>	<b><u>10.520</u></b>	<b><u>11.330</u></b>
Numerário Disponível .....	462	190
Aplicações Financeiras .....	199	976
Consumidores .....	7.307	7.805
Créditos a Receber .....	2.028	1.832
Tributos e Contrib. Sociais a Compensar .....	552	249
Serviços em Curso .....	77	33
Estoques .....	408	705
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa .....	-1.077	- 835
Despesas Pagas Antecipadamente .....	564	375
 <b><u>Não Circulante</u> .....</b>	 <b><u>21.188</u></b>	 <b><u>21.682</u></b>
<b><u>Realizável a Longo Prazo</u> .....</b>	<b><u>583</u></b>	<b><u>661</u></b>
Aplicações Financeiras .....	67	8
Depósitos Vinculados a Litígios .....	128	104
Tributos e Contrib. Sociais a Compensar .....	191	354
Créditos Fiscais .....	171	171
Outros Créditos .....	26	24
 <b><u>Permanente</u> .....</b>	 <b><u>20.605</u></b>	 <b><u>21.021</u></b>
Investimentos .....	421	421
Imobilizado .....	20.184	20.600
 <b><u>TOTAL DO ATIVO</u> .....</b>	 <b><u>31.708</u></b>	 <b><u>33.012</u></b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EM 31 DE DEZEMBRO

### PASSIVO

Legislação Societária		
Valores expressos em milhares de Reais		
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Circulante .....</b>	<b>8.792</b>	<b>9.364</b>
Fornecedores .....	3.076	3.193
Folha de Pagamento .....	69	70
Tributos e Contribuições Sociais .....	1.921	1.849
Distribuição de Lucros .....	150	222
Empréstimos e Financiamentos .....	907	558
Taxas Regulamentares .....	1.790	1.543
Passivos Regulatórios .....	272	719
Obrigações Estimadas .....	525	459
Outras Contas a Pagar .....	59	223
Provisões Passivas .....	23	528
<b>Não Circulante .....</b>	<b>22.916</b>	<b>23.648</b>
<b>Exigível a Longo Prazo .....</b>	<b>8.770</b>	<b>8.644</b>
Empréstimos e Financiamentos .....	1.686	1.881
Tributos e Contribuições Sociais .....	5.678	6.121
Obrigações Conversíveis em Ações .....	78	79
Provisões Passivas .....	1.328	563
<b>Patrimônio Líquido .....</b>	<b>14.146</b>	<b>15.004</b>
Capital Realizado Atualizado .....	8.300	7.200
Reservas de Reavaliação .....	5.707	6.540
Reservas de Lucros .....	139	1.264
Lucros Acumulados .....	0	0
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>	<b>31.708</b>	<b>33.012</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

		Legislação Societária	
		Valores expressos em milhares de Reais	
		2 0 0 9	2 0 0 8
<b>RECEITA OPERACIONAL .....</b>		<b>57.438</b>	<b>56.642</b>
Fornecimento de Energia Elétrica .....		56.845	55.973
Outras Receitas .....		593	669
<b>Deduções da Receita Operacional.....</b>		<b>20.503</b>	<b>-19.813</b>
ICMS .....		11.981	11.557
Cofins/Pasep/ISS .....		5.313	5.356
Encargos do Consumidor .....		2.209	2.900
<b>Receita Operacional Líquida.....</b>		<b>36.935</b>	<b>36.829</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA .....</b>		<b>29.130</b>	<b>-26.978</b>
Custo com Energia Elétrica .....		21.891	19.917
Pessoal .....		4.457	4.253
Material .....		724	719
Serviço de Terceiro .....		707	808
Depreciação / Amortização .....		1.171	1.166
Outras Despesas .....		180	115
<b>Lucro Operacional Bruto .....</b>		<b>7.805</b>	<b>9.851</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS .....</b>		<b>5.064</b>	<b>- 4.729</b>
Despesas com Vendas .....		1.716	1.512
Despesas Gerais e Administrativas .....		3.348	3.217
<b>Resultado do Serviço .....</b>		<b>2.741</b>	<b>5.122</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA .....</b>		<b>-1.204</b>	<b>- 1.106</b>
Renda de Aplicações Financeiras .....		85	105
Acréscimos Moratórios Ctas. Energia .....		877	1.036
Encargos Financeiros .....		-1.303	- 1.236
Juros sobre o Capital Próprio .....		- 504	- 453
Outras .....		- 359	- 558
<b>Resultado Operacional.....</b>		<b>1.537</b>	<b>4.016</b>
Receita não Operacional .....		54	1.427
Despesa não Operacional .....		868	2.288
<b>LUCRO ANTES CONTR.SOCIAL e IMPOSTO DE RENDA</b>		<b>723</b>	<b>3.155</b>
Provisão para Contribuição Social .....		94	322
Provisão para Imposto de Renda .....		231	827
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DA REVERS.JUROS S/CP ..</b>		<b>398</b>	<b>2.006</b>
Reversão Juros sobre o Capital Próprio .....		504	453
<b>LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO .....</b>		<b>902</b>	<b>2.459</b>
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$) .....		0,59	1,61

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.09 e 31.12.08

Legislação Societária					
	CAPITAL REALIZADO ATUALIZAD O	RESERVA DE REAVALIAC ÃO	RESERVA DE LUCROS	LUCROS ACUMULAD OS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.07 (R\$)</b>	<b>6.000</b>	<b>7.458</b>	<b>713</b>	<b>744</b>	<b>14.915</b>
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	- 201	- 201
Reversão de Reservas	-	-	- 429	429	-
Realização de reservas	-	- 918	-	630	- 288
Aumento Capital Social	1.200	-	- 284	- 916	-
Lucro do Exercício	-	-	-	2.459	2.459
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	100	- 100	-
Dividendos Propostos	-	-	-	- 1.428	- 1.428
Reserva de Lucros	-	-	1.164	- 1.164	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	- 453	- 453
<b>SALDOS EM 31.12.08 (R\$)</b>	<b>7.200</b>	<b>6.540</b>	<b>1.264</b>	<b>000</b>	<b>15.004</b>
Distr. Lucros à Disp.AGO	-	-	-	- 164	- 164
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	- 833	-	574	- 259
Aumento Capital Social	1.100	-	-1.100	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	902	902
DESTINAÇÃO PROP. À AGO:					
Constituição Res. Legal	-	-	20	- 20	-
Dividendos Propostos	-	-	-	- 833	- 833
Reserva de Lucros	-	-	119	- 119	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	- 504	- 504
<b>SALDOS EM 31.12.09 (R\$)</b>	<b>8.300</b>	<b>5.707</b>	<b>139</b>	<b>000</b>	<b>14.146</b>

*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis*

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2 0 0 9	2 0 0 8
<b>VALOR ADICIONADO:</b>		
Receitas de Venda de Energia Elétrica .....	57.438	56.642
Provisão p/Crédito Liquidação Duvidosa .....	- 242	- 83
Resultado Não Operacionais .....	- 54	- 71
	<b>57.142</b>	<b>56.488</b>
<b>(-) INSUMOS</b>		
Custo da Energia Comprada .....	21.892	19.917
Materiais .....	842	870
Serviço de Terceiros .....	1.678	1.639
Encargos Setorial .....	3.208	2.900
Outros Encargos .....	738	862
	<b>28.358</b>	<b>26.188</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO .....</b>	<b>28.784</b>	<b>30.300</b>
Quotas de Depreciação .....	2.090	2.041
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO .....</b>	<b>26.694</b>	<b>28.259</b>
Receitas Financeiras .....	1.080	1.201
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR .....</b>	<b>27.774</b>	<b>29.460</b>
<b><u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u></b>		
<i>Empregados e Administração:</i>		
Remuneração do Trabalho .....	3.869	3.624
Encargos Sociais (exceto Inss) .....	402	383
Benefícios .....	1.209	1.116
Provisões .....	807	733
Indenizações Trabalhistas .....	25	17
Custos Imobilizados .....	- 156	- 145
	<b>6.156</b>	<b>5.728</b>
<i>Governos:</i>		
Icms .....	11.981	11.557
Pis/Cofins .....	5.305	5.348
Inss .....	1.213	1.218
Imposto Renda e Contribuição social .....	325	1.150
Outros .....	59	55
	<b>18.883</b>	<b>19.328</b>
<i>Financiadores:</i>		
Despesas Financeiras .....	1.779	1.854
Aluguéis .....	54	91
	<b>1.833</b>	<b>1.945</b>
<i>Acionistas:</i>		
Remuneração do Capital Próprio .....	504	453
Lucros Retidos .....	398	2.006
	<b>902</b>	<b>2.459</b>
<b>VALOR DISTRIBUIDO .....</b>	<b>27.774</b>	<b>29.460</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

### DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores expressos em milhares de Reais	
	2 0 0 9	2 0 0 8
<b>2.464</b>		
<b>Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro líquido do exercício .....</b>	<b>902</b>	<b>2.459</b>
<b>Despesas/receitas que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação .....	2.090	2.011
Baixas Ativo Permanente .....	191	219
Reserva de Reavaliação e Lucros .....	- 573	- 300
	<b>1.708</b>	<b>1.930</b>
<b>Geração bruta de caixa .....</b>	<b>2.610</b>	<b>4.389</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e realizável longo prazo</b>		
Consumidores .....	498	587
Tributos e Contribuições Sociais .....	- 302	57
Estoque .....	296	209
Despesas Pagas Antecipadamente .....	- 190	60
Realizável a Longo Prazo .....	77	86
Devedores Diversos e Outros .....	2	564
	<b>381</b>	<b>-1.563</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e exigível longo prazo</b>		
Fornecedores .....	- 117	674
Tributos e Contribuições Sociais .....	- 370	- 165
Passivos Regulatórios.....	- 446	351
Taxas Regulamentares .....	246	138
Demais Passivos .....	160	751
	<b>- 527</b>	<b>1.749</b>
<b>Geração operacional de caixa .....</b>	<b>2.464</b>	<b>4.575</b>
<b>Atividades de investimentos e financiamentos</b>		
Investimentos no ativo permanente .....	2.109	-3.156
Contribuição e doação do consumidor .....	134	174
Empréstimos e Financiamentos .....	154	435
Dividendos e Juros s/Capital Próprio .....	572	-2.228
	<b>2.969</b>	<b>4.775</b>
<b>Geração líquida de caixa .....</b>	<b>- 505</b>	<b>- 200</b>
<b>Saldo das disponibilidades</b>		
No início do período .....	1.166	1.366
No fim do período .....	661	1.166
<b>Aumento (redução) nas disponibilidades .....</b>	<b>- 505</b>	<b>- 200</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

### DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de Reais						
2009				2008		
1 - BASE DE CÁLCULO	R\$			R\$		
Receita Líquida (RL)	36.935			36.829		
Lucro Operacional (RO)	1.537			4.016		
Folha Pagamento Bruta (FPB)	7.368			6.946		
2 INDICADORES SOCIAIS INTERNO	R\$	% RL	% FPB	R\$	% RL	% FPB
Alimentação	806	2,18	10,94	767	2,08	11,04
Encargos sociais Compulsórios	1.505	4,07	20,42	1.496	4,06	21,54
Previdência Privada	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Segurança no Trabalho	163	0,44	2,21	90	0,24	1,29
Vestuário	4	0,01	0,06	5	0,01	0,07
Saúde	245	0,66	3,32	191	0,52	2,75
Educação	40	0,11	0,54	13	0,03	0,19
Capacitação e Desenv.Profissional	96	0,26	1,30	98	0,27	1,42
Vale Transporte	105	0,29	1,43	100	0,27	1,43
Outros	36	,10	0,48	70	0,19	1,01
TOTAL	3.000	8,12	40,70	2.830	7,68	40,74
3 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$	% RL	% RO	R\$	% RL	% RO
Impostos e taxas	17.339	46,94	1127,77	16.947	46,02	421,95
Contribuições para a Sociedade	275	0,74	17,88	483	1,31	12,02
TOTAL	17.614	47,69	1145,65	17.430	47,33	433,97
4 INDICADORES AMBIENTAIS	R\$	% RL	% RO	R\$	% RL	% RO
Investimentos em Meio Ambiente	167	0,45	10,87	155	0,42	3,87
TOTAL	167	0,45	10,87	155	0,42	3,87
5 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2.009			2.008		
Empregados no Final do período	150			156		
Admissões no período	5			6		
Escolaridade dos empregados:						
Superior	37			37		
Segundo Grau	94			98		
Fundamental	18			20		
Analfabetos	1			1		
Faixa Etária dos empregados:						
Até 30 anos	37			43		
De 31 a 40 anos	41			41		
De 41 a 50 anos	44			49		
Acima de 50 anos	28			23		
Mulheres que trabalham na empresa	27			28		
% cargos chefia ocupados p/mulheres em relação nº total mulheres	0			0		
% cargos chefia ocupados p/mulheres em relação nº total gerencias	0			0		
Negros que trabalham na empresa	28			30		
Portadores de deficiência física	2			2		
Estagiários	24			12		
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania						
Relação entre o maior e a menor remuneração	14,16			14,72		
Acidentes de trabalho	30			23		



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009****NOTA 01 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****a) – Contexto Operacional:**

A Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho/RS, é uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia, sendo tais atividades regulamentada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui 02 PCH com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda. Na área de distribuição a empresa atende sete municípios com 31.431 consumidores na sua área de concessão, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul, tendo sua sede na cidade de Carazinho.

**b) – Apresentação:**

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma e foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

Foram observadas as alterações introduzidas pela Lei 11.638 de 28/12/07 e Medida Provisória 449 de 03/12/08 que alteraram a Lei 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 4722/09 SFF/ANELL.

**c) – Concessão:**

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente :ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

Data Assinatura	Contrato nº	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	Distribuição	07/07/2015
27/12/2000	108/2000	Geração	17/01/2023

A lei 9074/95 não prevê a renovação das concessões cujos contratos já foram prorrogados. Até o momento estão indefinidas as mudanças das regras para a renovação das concessões atuais.

**d) – Práticas Contábeis Específicas do Setor:**

- CVA- Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A - Ativos e Passivos Regulatórios. São despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente e não incluídas na tarifa e respectivos encargos. São apropriados ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores, conforme determina a Portaria 296 de 25/10/01 e resoluções complementares da Aneel.

- As obrigações especiais vinculadas à concessão são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

- Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente parte dos gastos com Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros.

**e) – Práticas Contábeis Gerais:**

- A partir de 1º de janeiro de 1996 a Lei 9.249 de 29/12/95 extinguiu a correção monetária de balanço para fins fiscais e societários.
- Os Estoques estão registrados ao custo médio de aquisição e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. Os materiais destinados a investimentos, estão classificados no Imobilizado em curso.
- A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.
- O fornecimento de energia elétrica não faturado até 31-12-09 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.
- As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.
- A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.
- O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição, ou construção corrigido monetariamente até 31/12/95. A Depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme determina a Portaria Dnaee 815/94 de acordo com as taxas definidas pelas Resoluções 002/97 e 0474/99 da ANEEL.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

- A provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.
- As despesas pagas antecipadamente são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas e incluem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela A-CVA e respectivos encargos.
- As Contingências Passivas estão provisionadas com base na estimativa dos órgãos de Administração e assessores jurídicos em montantes considerados suficiente para cobrir as possíveis perdas.
- Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legalmente ou contratualmente exigidos.
- As Aplicações de Liquidez Imediata estão demonstradas ao custo da aplicação acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.
- A conta Consumidores, refere-se as contas a receber faturadas e do fornecimento de energia não faturado.
- As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- As aplicações financeiras estão registradas pelo custo, acrescidas das respectivas remunerações contratadas até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.
- A Tributação do PIS/COFINS nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% e 7,60%.
- A Reserva de Reavaliação é revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.
- A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado

trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

#### NOTA 02 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Banco	Tipo Aplicação	Vencimento	Remuner	2009	2008
• Banrisul	Fundo Invest	indeterminado	CDB	12	8
• Banrisul	Fundo Invest	Indeterminado	CDB DI	199	976
<b>Total</b>				<b>211</b>	<b>984</b>

#### NOTA 03 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Legislação Societária		
Valores expressos em milhares de Reais		
	2009	2008
<b>ORIGENS DOS RECURSOS:</b>		
<b>Das Operações:</b>		
Lucro do Exercício .....	903	2.459
Depreciação .....	1.442	1.251
Depreciação S/Reavaliação .....	760	790
Variações Monetárias L/Prazo .....	1.029	960
Provisões Passivas .....	765	202
Baixas Ativo Imobilizado .....	191	219
	<b>5.090</b>	<b>5.881</b>
<b>De Terceiros:</b>		
Novos Financiamentos a L/Prazo .....	514	435
Contribuição do Consumidor .....	134	174
Subvenções .....	0	0
	<b>648</b>	<b>609</b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS .....</b>	<b>5.738</b>	<b>6.490</b>
<b>APLICAÇÕES DOS RECURSOS:</b>		
Aquisições do Imobilizado .....	2.109	3.156
Aumento do Realizável a L/Prazo .....	- 76	86
Imposto Renda/Contr. Social s/Res. Reavaliação .....	259	288
Transf. Exigível L/Prazo p/Circulante .....	2.182	1.678
Distribuição de Dividendos .....	1.502	2.082
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES .....</b>	<b>5.976</b>	<b>7.290</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE .....</b>	<b>- 238</b>	<b>- 800</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:</b>		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		
No Início do Exercício .....	11.330	10.054
No Fim do Exercício .....	10.520	11.330
	<b>- 810</b>	<b>1.276</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
No Início do Exercício .....	9.364	7.288
No Fim do Exercício .....	8.792	9.364
	<b>- 572</b>	<b>2.076</b>
<b>CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO .....</b>	<b>- 238</b>	<b>- 800</b>

#### NOTA 04 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Tributos	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2009	2008	2009	2008
• Icms – compras ativo Imobilizado	196	169	191	354
• Outras retenções/compensar	356	32	0	0
• Pis/Pasep	0	48	171	171
<b>Total</b>	<b>552</b>	<b>249</b>	<b>362</b>	<b>525</b>

• O icms compras do Ativo Imobilizado refere-se ao crédito de icms sobre compras para o ativo imobilizado conforme Lei Complementar 102/00, sendo sua recuperação à razão de 1/48 avos mês.

• No exercício de 2004 foi reconhecido o valor decorrente de ação ajuizada contra a União, referente a inconstitucionalidade dos decretos 2445 e 2449/88, que alteraram a sistemática do recolhimento da contribuição para o Pis/Pasep. A Empresa vinha fazendo as compensações, porém em 2006, através de recurso extraordinário a Receita Federal suspendeu o reconhecimento do crédito, o qual encontra-se sob judge.

#### NOTA 05 – CONSUMIDORES – CONTAS A RECEBER

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Venc. até 90 dias	Venc. +90 dias	2009	2008
Residencial	1.224	719	162	2.105	2.092
Industrial	552	165	168	885	2.115
Comercio e Serviços	1.128	304	551	1.983	1.562
Rural	304	81	21	406	386
Poder Público	43	6	0	49	77
Iluminação Pública	134	0	0	134	136
Serviço Público	103	0	0	103	107
Serviço Taxado e Outros	43	45	61	149	180
(-) Arrecadação Proc. Clãs	-13	0	0	- 13	- 217
Enc. Cap. Emergencial	0	0	9	9	9
Não Faturado	1.471	0	0	1.471	1.275
Participação Financeira	18	4	4	26	83
<b>Subtotal</b>	<b>5.007</b>	<b>1.324</b>	<b>976</b>	<b>7.307</b>	<b>7.805</b>
(-) Crédito Liq. Duvidosa	-	-	- 821	- 821	- 581

• A conta Outros representa os créditos a receber de consumidores em atraso, de atualização da variação do IGPM, juros de 1% a.m. pro-rate da data do vencimento até a data do pagamento e multa de 2%, exceto consumidores da classe, poder público e iluminação pública.

• O Encargo de Capacidade Emergencial foi instituído pelo governo para cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência das usinas emergenciais. Foi cobrado de março de 2002 até 22 de dezembro de 2005, quando teve sua cobrança suspensa conforme Resolução Normativa da Aneel.

• Não Faturado é a receita correspondente ao período não lido conforme o faturamento pelo calendário de leituras dentro do mês. É estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

• Foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre os consumidores em atraso, conforme prevê a Instrução Geral 6.2.3 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

#### **NOTA 06 – CRÉDITOS A RECEBER**

São representados por diversos tipos de créditos, sendo:

Composição	2009	2008
<i>Parcelamentos Contas de Energia</i>	1.332	1.203
<i>Convênios de Arrecadação</i>	125	125
<i>Cheques em Cobrança</i>	32	27
<i>Rendas a Receber</i>	21	15
<i>Subvenção Residencial Baixa Renda</i>	184	170
<i>Reserva Global de Reversão – RGR</i>	0	5
<i>Serviços a Receber</i>	30	36
<i>Outros</i>	304	251
<b>Total</b>	<b>2.028</b>	<b>1.832</b>
<i>(-) Crédito Liquidação Duvidosa</i>	- 256	- 254

##### **a) – Parcelamento de Contas de Energia Elétrica**

Refere-se a débitos de energia elétrica em atraso que foram parceladas. São baixados da conta Consumidores, e ativadas nesta conta, através de termo de Confissão de Dívida, englobando o principal, juros e atualizações monetárias. Os prazos e indexadores são variáveis, e sobre os valores considerados irrecuperáveis foi constituída provisão para perdas.

##### **b) – Convênios de Arrecadação**

Refere-se a valores de convênios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, e ainda não repassados para empresa.

##### **c) – Cheques em Cobrança**

Refere-se a cheques recebidos na tesouraria para pagamento de contas de energia elétrica.

##### **d) - Subvenção Baixa Renda**

A Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 estabeleceu novos critérios de classificação de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda, regulamentada pelas resoluções ANEEL 246 e 485 de 30/04/02 e 29/08/02 respectivamente. Estes novos critérios ocasionaram uma redução no faturamento mensal que são cobertos por subvenção econômica do governo federal conforme Lei 10.604 de 17/12/02.

##### **e) – Reserva Global de Reversão**

A cota anual fixada pela Aneel é realizada com base no imobilizado projetado para o ano, ao final do ano é calculada com base no imobilizado real. A diferença paga a maior ou a menor é contabilizada como crédito a receber ou a pagar. A devolução desses valores é feita através de compensação, após a análise da Prestação Anual de Contas.

##### **f) – Serviços a Receber**

Débitos da prestação de serviços, indenizações de postes danificados no trânsito e comissão sobre a arrecadação da Contribuição para Iluminação Pública.

#### **NOTA 07 – SERVIÇOS EM CURSOS**

Refere-se aos custos, apurados através ODS, dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Composição	2009	2008
<i>Pesquisa e Desenvolvimento</i>	-	-
<i>Eficiência Energética</i>	77	33
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>33</b>

#### **NOTA 08 – ESTOQUES**

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição. Os classificados no ativo circulante são para manutenção e recuperação do sistema elétrico e os classificados no ativo permanente são para investimento em obras novas.

Composição do Estoque	2009	2008
<i>Estoque – Ativo Circulante</i>	465	761
<i>Estoque – Imobilizado em Curso</i>	860	976
<i>(-) Provisão para Perdas</i>	- 57	- 57
<b>Total</b>	<b>1.268</b>	<b>1.680</b>

#### **NOTA 09 – PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2009	2008
<i>Residencial</i>	187	152
<i>Industrial</i>	193	159
<i>Comercial</i>	428	264
<i>Rural</i>	13	6
<b>Total</b>	<b>821</b>	<b>581</b>
<i>Outros Créditos</i>	256	254
<b>TOTAL</b>	<b>1.077</b>	<b>835</b>

#### **NOTA 10 – DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

A Companhia registrou como Despesas Antecipadas os incrementos incorridos relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional.

Composição da conta	2009	2008
<i>Prêmios de Seguros</i>	33	30
<i>Ativo Regulatório C/P</i>	525	338
<i>Outros</i>	6	7
<b>Total</b>	<b>564</b>	<b>375</b>

##### **a) – Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA**

A partir de 26 de outubro de 2001 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou o registro, em conta de despesas pagas antecipadamente, dos custos incorridos considerados não gerenciáveis (parcela A) que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário correspondente.

A conta de compensação de variação de valores de itens da parcela A, registra as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativo aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, tais como:

- Quota da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC
- Quota de Reserva Global de Reversão – RGR
- Quota da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE
- Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica

As variações de custos ocorridas até 29/06/2009 foram reconhecidas no reajuste tarifário de junho de 2009. Os valores correspondentes aos custos de julho/09 a junho/10 serão considerados no próximo reajuste.

Ativo Regulatório	2009	2008
• CVA 2006/2007	0	12
• CVA 2007/2008	13	89
• CVA 2007/2009	214	237
• CVA 2009/2010	298	-
<b>Total</b>	<b>525</b>	<b>338</b>

• Os saldos apurados nas CVA's estão acrescidos de remuneração financeira com base na taxa SELIC, conforme legislação.

#### **NOTA 11 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS L/P**

O valor aplicado refere-se a Título de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela Taxa de Remuneração Básica aplicada a Caderneta de Poupança e os depósitos pelo IGP-M.

#### **NOTA 12 – DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS**

Referem-se a depósitos para garantia da obrigação principal em que a empresa está discutindo judicialmente o mérito.

	2009	2008
• Ações Cíveis		-
• Ações Trabalhistas	128	104
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>104</b>

• Os saldos estão atualizados conforme legislação

#### **NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS LONGO PRAZO**

	2009	2008
• Empréstimo Compulsório s/Combustíveis	26	24
• Créditos a Receber	868	868
• Provisão p/Cred. Liquidação Duvidosa	- 868	- 868
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>24</b>

#### **NOTA 14 – INVESTIMENTOS**

Bens e Direitos para uso futuro

Bem	2009	2008
- Terrenos	328	328
- Edificações	276	276
- (-) depreciação	- 187	- 187
- Máquinas e Equipamentos	16	16
- (-) depreciação	- 13	- 13
<b>TOTAL</b>	<b>420</b>	<b>420</b>

**NOTA 15 - ATIVO IMOBILIZADO**
**a) – Pela atividade das contas**

Atividade	Taxa média de Depreciação	31.12.09		31.12.08	
		Custo Histórico	Reavaliação	Custo Histórico	Reavaliação
Imobilizado em Serviço:					
Geração		1.106	9.119	1.103	9.120
Distribuição		26.423	12.839	24.878	13.265
Comercialização		278	-	284	-
Administração		2.386	-	2.020	-
		30.193	21.958	28.285	22.385
(-) Depreciação:					
Geração	2,5%	680	6.249	655	6.042
Distribuição	4,6%	11.633	10.171	10.663	9.972
Comercialização	4,6%	133	-	112	-
Administração	6,5%	339	-	236	-
		12.785	16.420	11.666	16.014
Total do Imob. Serviço		17.408	5.538	16.619	6.371
Imobilizações em Curso					
Geração		2	-	1	-
Distribuição		920	-	1.222	-
Administração		63	-	2	-
		985	-	1.225	-
Imobilizado				17.844	6.371
(-) Obrigações especiais		-3.747	-	-3.614	-
Imobilizado Líquido		14.646	5.538	14.230	6.371

**b) - Pela natureza das contas**

Imobilizado	Em milhares de Reais				
	CUSTO AQUIS.	DEPRECIACÃO	REAVALIAÇÃO	DEPRECIACÃO	TOTAL
Intangíveis	164	31	-	-	133
Terrenos	26	-	745	-	771
Reserv. e Barragens	247	117	5.255	4.194	1.191
Edific. Obras Cíveis	2.237	385	523	413	1.962
Máq. E Equipamentos	25.998	11.421	15.435	11.813	18.199
Veículos	1.311	730	0	0	581
Móveis e Utensílios	210	101	0	0	109
Em Curso	985	0	0	0	985
(-) Obrig. Especiais	-3.747	0	0	0	-3.747
<b>Total</b>	<b>27.431</b>	<b>12.785</b>	<b>21.958</b>	<b>16.420</b>	<b>20.184</b>

**c) - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão**

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSPEE.

A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.



Obrigações Especiais	2009	2008
<i>Contribuição do Consumidor</i>	2.800	2.555
<i>(-) Depreciação</i>	- 112	0
<i>Universalização Serv. Publ. E. Elétrica</i>	108	108
<i>Subvenções para Investimentos</i>	75	75
<i>Incentivos Fiscais</i>	876	876
<b>Total</b>	<b>3.747</b>	<b>3.614</b>

- **Contribuição do Consumidor:** Contribuição do consumidor em empreendimentos de pedidos de fornecimento de energia elétrica conforme normas definidas pela Aneel.
- **Universalização:** refere-se aos valores recebidos do Governo Federal para serem aplicados em pedidos de fornecimento de energia Elétrica à população rural de baixa, através do programa "Luz para Todos".
- **Subvenções para Investimentos:** Valores recebidos do programa "Procel" para atender a melhoria e eficiência energética em Iluminação Pública.
- **Incentivos Fiscais:** Refere-se a valores oriundos de incentivos fiscais recebidos do Governo Estadual, através do programa "Fundopen" para construção de uma Subestação de 69 KVa no Distrito Industrial de Carazinho, em 1996.

#### d) – Cálculo da Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas aplicadas são as definidas pelas Resoluções ANEEL 002/97, 044/99 e 240/06 conforme a Unidade de Cadastro, tendo os principais itens as seguintes taxas:

- Equipamento Geral	10%	- Reservat. e Barragens	2%
- Veículos	20%	- Transformador Distribuição	5%
- Turbina Hidráulica	2,5%	- Transformador de Força	2,5%
- Gerador	3,3%	- Regulador de Tensão	4,8%
- Medidores	4%	- Edificações	4%
- Postes	5%	- Condutor	5%

#### e) - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

#### f) Recuperabilidade dos Ativos

A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançado na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Consoante ao que determina a NBC T 19.10, aprovada pela Resolução 1.110 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. De acordo com o art. 63 e 64 do Decreto 41.019/57, os bens e instalações são utilizados na produção transmissão e distribuição de energia elétrica.

#### NOTA 16 – PASSIVO CIRCULANTE

a) Fornecedores	2009	2008
<i>Suprimento de Energia Elétrica</i>	2.683	2.466
<i>Materiais, Serviços e Outros</i>	393	727
<b>Total</b>	<b>3.076</b>	<b>3.193</b>

b) Tributos e Contribuições Sociais	2009	2008
ICMS Faturamento	255	290
ICMS Parcelamento	1.285	1.130
INSS	109	107
Imposto de Renda/Contr. Social	3	19
FGTS	45	43
PASEP	38	45
COFINS	176	207
Outros	10	8
<b>Total</b>	<b>1.921</b>	<b>1.849</b>

• ICMS Parcelamento - refere-se a débitos em atraso de ICMS sobre o faturamento de consumo normal energia elétrica. Através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005 foi concretizado a renegociação dos débitos em 02 de maio de 2005 no valor de R\$ 7.298.217,27 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.

Em 31/12/09 o valor a C/P é de R\$1.285 e a L/P é de R\$5.678, sendo que os pagamentos estão em dia, e já foram amortizadas 56 parcelas.

• Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

c) Obrigações Estimadas	2009	2008
Férias	287	251
Gratificação 1/3 de Férias	97	85
Encargos Sociais	141	123
<b>Total</b>	<b>525</b>	<b>459</b>

• Obrigações Estimadas - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões.

d) Taxas Regulamentares	2009	2008
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	31	34
Quota da Conta Consumo de Combustível – CCC	83	106
Taxa de Fiscalização – ANEEL	8	7
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	121	106
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	44	44
Programa Eficiência Energética – PEE	996	722
Programa Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	507	524
<b>Total</b>	<b>1.790</b>	<b>1.543</b>

• As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias do setor elétrico.

e) Passivos Regulatórios	2009	2008
CVA-CCC	0	42
CVA-Compra Energia	211	644
CVA – Proinfa	61	33
<b>Total</b>	<b>272</b>	<b>719</b>

f) Outras contas a pagar	2009	2008
Seguradoras	8	15
Indenizações Trabalhistas	0	30
Juros Eletrobrás	- 14	-14
Convênios arrecadação por conta terceiros	51	181
Outras	14	11
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>223</b>

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O Item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

#### NOTA 17 – PROVISÕES PASSIVAS

Refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas para o DEC/FEC referente aos anos de 2004, 2005 e 2006. A Empresa esta gerenciando junto a Aneel administrativamente para a transformação em Termo de Ajustamento, para aplicação dos valores em obras dentro da concessão.

#### NOTA 18 - COMPROMISSOS A LONGO PRAZO

##### a) – Tributos e Contribuições Sociais:

Refere-se ao saldo à longo prazo de Icms parcelado através do Convênio 150/04 de 10 de dezembro de 2004 do Confaz e Decreto Estadual 43.755 de 20 de abril de 2005, concretizado em 02 de maio de 2005 no valor de R\$ 7.298.217,27 em 120 meses com juros de 1% ao mês e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS. Em 31/12/09 o valor a C/P é de R\$1.285 e a L/P é de R\$5.678, sendo que os pagamentos estão em dia, e já foram amortizadas 56 parcelas.

##### b) - Empréstimos e Financiamentos:

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas		Datas		31.12.09			31.12.08		
	%	Prazo	Início	Final	C/P	L/P	Total	C/P	L/P	Total
Eletrobrás (2)	5%aa + var.RGR	36 m	12/07/05	12/07/09	0	0	0	17	-	17
Eletrobrás (3)	5%aa + var.RGR	120 m	31/07/05	31/07/16	1	14	15	2	16	18
Eletrobrás (4)	5%aa + var.RGR	60 m	27/09/05	27/09/11	187	80	267	161	203	364
Eletrobrás (5)	5%aa + var.RGR	60 m	11/08/06	11/08/11	115	510	625	40	748	788
Eletrobrás (6)	5%aa + var.RGR	120m	10/01/07	30/12/19	1	8	9	1	9	10
Eletrobrás (7)	5%aa + var.RGR	60m	24/03/09	30/10/16	0	202	202	0	0	0
BNDES	6%aa + var.exc.TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	133	230	363	101	429	530
Inst. Financ.	2,9	24 m	25/08/08	25/11/10	470	258	728	236	92	328
CONSUMIDOR.	IGPM	////	////////	////////	-	384	384	-	384	384
<b>Total</b>	////	////	////////	////////	<b>907</b>	<b>1.686</b>	<b>2.593</b>	<b>558</b>	<b>1.881</b>	<b>2.439</b>

• Os empréstimos junto a Eletrobrás<sup>(1),(4),(5) e (7)</sup> foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia.

• O empréstimo junto a Eletrobrás<sup>(2)</sup> foi obtido para investimentos do Programa de Eficiência Energética e Modernização dos Sistemas de Iluminação Pública – RELUZ, em 36 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 1,5% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.

• O empréstimo junto a Eletrobrás<sup>(3),(6)</sup> foi obtido para investimentos do Projeto de Eletrificação Rural – LUZ PARA TODOS, em 120 meses com carência de 24 meses e juros de 5% a.a. taxa de administração de 2% a.a. e correção pela variação do índice da RGR.

• O empréstimo junto ao BNDES foi obtido para financiamento da construção do prédio Administrativo da empresa para instalação da nova sede, 48 meses com carência de 15 meses e juros de 6,5% a.a.

- Os empréstimos junto às Instituições Financeiras foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos /equipamentos informática e capital de giro de curto prazo, em no máximo 36 meses.
- Os empréstimos junto a Consumidores referem-se a obras executadas na construção de infra-estruturas para o fornecimento de energia elétrica por consumidores rurais. Não tem prazo definido para a devolução e estão sendo negociados caso a caso.

As parcelas de longo prazo tem sua curva de amortização até 2016.

Ano do Vencimento	2009	2008
2009	-	620
2010	850	511
2011	850	431
2012	400	239
2013	53	112
2014/16	440	526
<b>Total</b>	<b>2.593</b>	<b>2.439</b>

**c) – Provisões Passivas:**

Refere-se a provisões de débitos tributários, ações trabalhistas de ex-funcionários e cíveis em que a empresa está sendo citada. Estão garantidas por depósito judicial, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Contingências	2009		2008	
	Provisão	Dep.Judicial	Provisão	Dep.Judicial
Trabalhistas	238	128	223	104
Cíveis	332	-	340	-
<b>Total</b>	<b>570</b>	<b>128</b>	<b>563</b>	<b>104</b>

**NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) – Capital Social**

Composição? Acionistas	Espécie	Nº Ações		%
		2009	2008	
Prefeitura Municipal de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	1,0099
Prefeitura Municipal de Chapada	ON	34.041	34.041	2,2323
Prefeitura Municipal de Selbach	ON	12.386	12.386	0,8122
Prefeitura Municipal de Colorado	ON	86	86	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	1,3720
<b>Total</b>	<b>//////</b>	<b>1.524.935</b>	<b>1.524.935</b>	<b>100,0000</b>

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/09 é de R\$9,28 e R\$9,83 em 31/12/08.

**b) – Reserva Legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício e limitada a 20% do capital social.

**c) – Reserva de Lucros**

Constituída com saldo de lucros acumulados, ficando a disposição para deliberação da Assembléia Geral a sua utilização.

**d) – Reserva de Reavaliação**

Constituída em 1989 com base na Lei das S.A. é revertida para Lucros Acumulados pela realização da depreciação e ganhos/perdas nas desativações do Ativo Imobilizado.

#### NOTA 20 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social da companhia, que prevê distribuição mínima de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2009	2008
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	903	2.459
<i>(-) Constituição de Reservas</i>	- 20	- 100
<i>(+) Realização de Reservas</i>	573	630
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>1.456</b>	<b>2.989</b>

- O artigo 9º da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995 permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP dentro de cada exercício. Conforme facultado esses juros foram imputados aos dividendos distribuídos.

A Administração está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição dos resultados aos acionistas:

Distribuição	2009	%	2008	%
<i>Dividendos Propostos do Exercício</i>	833	57,21	1.428	47,78
<i>Juros sobre o Capital Próprio</i>	504	34,62	453	15,16
<b>Total Dividendos e Juros s/Cap.Próprio</b>	<b>1.337</b>	<b>91,83</b>	<b>1.881</b>	<b>62,94</b>

- O total de dividendos e juros propostos para distribuição representa R\$0,88 por ação em 2009 e 1,23 em 2008.

#### NOTA 21 – EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2009	2008
<i>Lucro do Exercício</i>	723	3.155
+ <i>Despesas Indedutíveis</i>	16	37
+ <i>Provisões</i>	249	320
+ <i>Depreciação s/Reavaliações</i>	832	918
+ <i>Depreciação s/IPC/BTNF (*)</i>	56	66
+ <i>Reversão de Provisões</i>	-	-
<b>Base de Cálculo</b>	<b>1.820</b>	<b>4.430</b>
<b>Imposto de Renda</b>	<b>431</b>	<b>1.083</b>
<b>Contribuição Social (*)</b>	<b>169</b>	<b>405</b>
<i>(-) Deduções Incentivos Fiscais</i>	- 16	- 50
<b>Total Tributos a recolher</b>	<b>584</b>	<b>1.438</b>

#### NOTA 22 – DESPESAS

Despesas por Natureza de Gastos:

Natureza	2009	2008
<i>Pessoal – Administração</i>	538	489
<i>Pessoal – Empregados</i>	6.831	6.457
<i>Material</i>	842	870
<i>Serviço de Terceiro</i>	1.679	1.639
<i>Energia Elétrica Comprada para Revenda</i>	21.891	19.917
<i>Depreciação</i>	1.329	1.251
<i>Impostos e Taxas</i>	51	48
<i>Taxa de Fiscalização</i>	94	110
<i>Outras Despesas</i>	690	606
<i>Provisões/Reversões</i>	249	320
<b>Total</b>	<b>34.194</b>	<b>31.707</b>

**Despesas Operacionais:**

Despesas Com Vendas	2009	2008
Pessoal	835	749
Material	65	74
Serviço de Terceiro	436	409
Depreciação	33	28
Outras Despesas	105	173
Provisões/Reversões	242	79
<b>Total</b>	<b>1.716</b>	<b>1.512</b>
Despesas Gerais e Administrativas	2009	2008
Pessoal	2.078	1.945
Material	52	77
Serviço de Terceiro	535	421
Depreciação	125	58
Outras Despesas	551	509
Provisões/Reversões	7	207
<b>Total</b>	<b>3.348</b>	<b>3.218</b>

**NOTA 23 – RESULTADO POR ATIVIDADE**

Apresentamos a Demonstração de Resultado segregada por atividade.

RESULTADO	2009			
	GERAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
<b>RECEITA OPERACIONAL</b> .....	<b>2.886</b>	<b>22.216</b>	<b>32.336</b>	<b>57.438</b>
Fornecimento .....	2.874	21.831	32.140	56.845
Outras .....	12	385	196	593
<b>(-) Deduções à Receita</b> .....	<b>267</b>	<b>11.209</b>	<b>9.027</b>	<b>20.503</b>
Encargos do Consumidor .....	0	3.208	0	3.208
ICMS .....	0	6.464	5.517	11.981
Demais Impostos s/Receita .....	267	1.537	3.510	5.314
<b>Receita Operacional Líquida</b> .....	<b>2.619</b>	<b>11.007</b>	<b>23.309</b>	<b>36.935</b>
<b>(-) DESPESA OPERACIONAL</b> .....	<b>- 740-</b>	<b>-9.208</b>	<b>-24.246</b>	<b>-34.194</b>
Pessoal .....	393	5.744	1.232	7.369
Material .....	64	703	75	842
Serviço de Terceiro .....	200	940	538	1.678
Energia Elétrica Comprada .....	0	0	21.891	21.891
Depreciação .....	33	1.239	57	1.329
Despesas Gerais e Outras .....	50	582	453	1.085
<b>Resultado do Serviço Público</b> .....	<b>1.879</b>	<b>1.799</b>	<b>- 937</b>	<b>2.741</b>
<b>Resultado Financeiro</b> .....	<b>- 129</b>	<b>-1.416</b>	<b>341</b>	<b>-1.204</b>
<b>Resultado Operacional</b> .....	<b>1.750</b>	<b>383</b>	<b>- 596</b>	<b>1.537</b>
<b>Resultado Não Operacional</b> .....	<b>- 202</b>	<b>- 621</b>	<b>9</b>	<b>- 814</b>
<b>RESULTADO ANTES IR/CONTR.SOC....</b>	<b>1.548</b>	<b>- 238</b>	<b>- 587</b>	<b>723</b>
Imposto de Renda e Contr. Social .....	- 564	87	152	- 325
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>984</b>	<b>- 151</b>	<b>- 435</b>	<b>398</b>

A Receita de geração foi calculada pelo preço médio da energia comprada x kw gerados. A receita de distribuição foi calculada pelo preço médio da tarifa TUSD x Kw faturados aos consumidores.

**NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS**

Receitas	2009	2008
Renda da prestação de serviços	24	14
Serviço Taxado	159	119
Aluguéis	324	251
Outras	86	285
<b>Total</b>	<b>593</b>	<b>669</b>

**NOTA 25 – ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA P/REVENDA**

Supridora	Em MWh		Em R\$	
	2009	2008	2009	2008
Rio Grande Energia	145.139	149.616	23.956	21.227
Proinfa	-	-	666	208
CVA—Energia Comprada	-	-	- 458	465
(-) Créditos Pis/Cofins	-	-	-2.2273	-1.983
<b>Compra Líquida</b>	<b>145.139</b>	<b>149.616</b>	<b>21.891</b>	<b>19.917</b>

**NOTA 26 – FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Receita de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
<b>Fornecimento Faturado:</b>						
Residencial	24.547	23.962	45.195	43.494	21.753	19.271
Industrial	176	179	29.854	45.309	9.793	13.871
Comercial	3.310	3.255	34.052	32.631	14.960	13.553
Rural	3.725	3.692	17.368	17.025	4.126	3.719
Poder Público	327	302	3.185	3.046	1.473	1.314
Iluminação Pública	14	14	8.731	8.520	2.160	1.945
Serviço Público	17	18	4.286	4.251	1.325	1.268
Consumo Próprio	9	9	207	213	-	-
<b>Receita Faturada E. Elétric</b>	<b>32.125</b>	<b>31.431</b>	<b>142.878</b>	<b>154.489</b>	<b>55.590</b>	<b>54.941</b>
Não Faturado	-	-	-	-	196	89
Encargo Cap. Emergenc	-	-	-	-	-	-
Subsidio Baixa Renda	-	-	-	-	1.059	943
Outras Receitas	-	-	-	-	593	669
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>57.438</b>	<b>56.642</b>

- As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.
- A redução no consumo Industrial deveu-se pela paralisação da produção de uma grande indústria no município de Carazinho por um período de 4 meses.

**NOTA 25 – SUBSÍDIO BAIXA RENDA**

O Governo Federal através da Lei 10.438 determinou a implantação da tarifa social para a população menos favorecida, o que ocasionou um significativo impacto na receita operacional da empresa. Com a finalidade de contribuir com a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica o Governo repassa para as empresas através de subvenção econômica as perdas decorridas com a implantação da tarifa social.

#### NOTA 27 – ENCARGO DE CAPACIDADE EMERGENCIAL

O Encargo de Capacidade Emergencial criado em 2002 (seguro apagão) é um encargo tarifário cobrado do consumidor para cobrir as despesas da aquisição de energia elétrica e da contratação de capacidade de geração em função das medidas tomadas contra falta de energia elétrica. Estes valores são cobrados pela empresa e repassado totalmente a CBEE – Companhia Brasileira de Energia Elétrica. A cobrança do encargo foi suspensa em 23/12/05 conforme Resolução Aneel 204/05.

#### NOTA 28 – RECEITAS FINANCEIRAS

Receitas	2009	2008
<i>Rendimentos de Aplicações Financeiras</i>	85	105
<i>Variações Monetárias Ativas</i>	89	37
<i>Acréscimos Moratórios Contas Energia</i>	717	662
<i>Juros de Títulos a Receber</i>	160	374
<i>Outras</i>	28	23
<b>Total</b>	<b>1.079</b>	<b>1.201</b>

#### NOTA 29 – DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas	2009	2008
<i>Encargos de Dívidas</i>	1.303	1.095
<i>Juros/Multas</i>	268	554
<i>Juros Sobre Capital Próprio</i>	504	453
<i>Variações Monetárias</i>	171	178
<i>Outras</i>	37	27
<b>Total</b>	<b>2.283</b>	<b>2.307</b>

#### NOTA 30 – DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	2009	2008
<i>Perdas Baixa Bens Ativo Imobilizado</i>	36	89
<i>Depreciação – reavaliação</i>	761	790
<i>Perdas Baixa Bens Ativo Imobilizado – Reavaliação</i>	72	414
<i>Provisão p/Perdas</i>	0	868
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>2.288</b>

A depreciação sobre bens reavaliados e as perdas na baixa de bens reavaliados não compõem o custo do serviço público de energia elétrica.

#### NOTA 31 – SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades, num montante global de R\$13.637.000,00, exceto automóveis que estão cobertos pelo valor de mercado.

Bens Segurados	R\$	INÍCIO	TERMINO
<i>Instalações e Equipamentos</i>		29/08/09	29/08/10
<i>Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões</i>	13.637.000,00	-	-
<i>- Danos Elétricos</i>	1.640.000,00	-	-
<i>- Vendaval/Fumaça</i>	1.635.000,00	-	-
<i>Automóveis</i>	Vlr.mercado	2009	2010



#### **NOTA 32- INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/09-08 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados em 31/12/09-08.

#### **NOTA 33- SISTEMA DE INFORMAÇÃO**

O desenvolvimento das diversas áreas de atendimento de uma concessionária de distribuição de energia elétrica, dada a complexidade de gerenciamento das redes de distribuição, atendimento ao cliente e otimização de custos. Em 2009 esta sendo implantado na empresa um novo software para o gerenciamento de todas as áreas da empresa.

#### **NOTA 34 - ICMS SOBRE A TARIFA**

O Icms aplicado na tarifa de energia elétrica, conforme legislação estadual tem suas alíquotas assim definidas pelo estado Rio Grande do Sul:

Icms/RS – Classes	% da alíquota		Alíquota efetiva	
	2009	2008	2009	2008
Residencial até 50 Kwh	12%	12%	7,53%	7,53%
Residencial + 50 kwh	25%	25%	33,33%	33,33%
Industrial	17%	17%	20,48%	20,48%
Comercial	25%	25%	33,33%	33,33%
Rural até 100 kwh	12%	12%	7,53%	7,53%
Rural acima 100 kwh	Diferido	Diferido	0,00%	0,00%
Iluminação Pública	20%	20%	25,00%	25,00%
Poder Público Federal/Municipal	25%	25%	33,33%	33,33%
Poder Público Estadual	Isento	Isento	0,00%	0,00%
Serviço Público	25%	25%	33,33%	33,33%

#### **NOTA 35 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

Apesar de constar em cláusula de dissídio coletivo, ainda não foi implantado o programa de participação do empregados nos resultados da empresa.

#### **NOTA 36 - PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS**

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida e incentivo educacional.

#### **NOTA 37- REAJUSTE TARIFÁRIO**

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão regulador, através do qual são fixadas as tarifas de fornecimento de energia elétrica. A empresa tem sua data base de reajuste no dia 29 de junho.

A tarifa de energia elétrica é segregada por classe entre outros e portanto o reajuste é diferenciado para cada item. Na média os reajustes tarifários ficaram assim majorados:

Data	Reajuste Médio
29/06/2003	35,26%
29/06/2004	10,23%
29/06/2005	12,53%
29/06/2006	9,19%
29/06/2007	13,79%
29/06/2008	14,16%
29/06/2009	- 2,67%

#### **NOTA 38 – ALÍQUOTAS PIS/COFINS**

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor. Em 2009 a alíquota média foi de 5,16% e 5,67% em 2008.

#### **NOTA 39 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembléia Geral.

#### **NOTA 40 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa mantém algumas transações em forma de comodato, onde as despesas de manutenção são por conta do comodante.

Bem	2009	2008
- Terrenos	328	0
- Edificações	276	40
- (-) depreciação	- 187	- 14
- Máquinas e Equipamentos	16	0
- (-) depreciação	- 13	0
- Veículos	0	44
- (-) depreciação	0	- 43
<b>TOTAL</b>	<b>420</b>	<b>26</b>

#### **NOTA 41 – UNIVERSALIZAÇÃO**

O Governo Federal iniciou em 2004 o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos", com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural nas localidades de menor índice de desenvolvimento humano e de baixa renda, gratuitamente. Por isso o objetivo é levar a energia elétrica a estas comunidades para que elas a utilizem como vetor de desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar.

A Eletrocar aderiu ao programa em 2004 cadastrando 39 consumidores sem energia elétrica e em 2006 cadastrou mais 32 consumidores enquadrados no programa, sendo todos atendidos.

Ano	Nº Consumidores Atendidos	RECURSOS (R\$)		
		Fundo Perdido	Financiados	Total
2005	39	75.320	22.600	97.920
2007	32	32.325	9.699	42.024
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>107.645</b>	<b>32.299</b>	<b>139.944</b>

#### **NOTA 42 – COMPRA DE ENERGIA - SUPRIMENTO**

Através da Nota Técnica nº 163/2007-SER/ANEEL, destaca detalhes do Índice de Reajuste Tarifário – IRT, no que diz respeito ao suprimento de energia elétrica, fornecido pela RGE. Esta nota detalha a aplicação da Resolução 243/2006 retroativamente, o que resultará em um passivo financeiro no valor de R\$ 12.641 milhões, a ser resgatado em 3 parcelas anuais de R\$ 4.214 milhões a partir da Revisão Tarifária Periódica de 2009. A Eletrocar entrou com recurso administrativo junto a ANEEL, solicitando a revogação dos efeitos da Nota Técnica tendo em vista ferir legislação específica. Se mantida a Nota Técnica 163/2007, os efeitos serão incluídos nos reajustes tarifários, acarretando um ônus elevado e indevido aos nossos consumidores. Até o reajuste de 2009 não houve manifestação da Aneel. Estes valores não foram registrados nas demonstrações contábeis.

#### **NOTA 43 – REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA**

Conforme estabelecido no contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000, a Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR realizou sua primeira Revisão Tarifária Periódica em Junho de 2005 e a segunda em junho de 2009.

O resultado da Segunda Revisão Tarifária Periódica foi homologado através da Resolução Homologatória nº 838 de 23 de Junho de 2009 e Nota Técnica nº 210/2009-SRE/ANEEL datada de 16 de junho de 2009.

O Resultado apresentou um reposicionamento tarifário médio de -2,67% em relação as tarifas de energia elétrica homologadas pela Resolução Homologatória nº 667, de 24 de junho de 2008.

Considerando que na Revisão Tarifária Ordinária das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica o saldo das aplicações de recursos no Ativo Imobilizado em Serviço, para fins de remuneração e depreciação, é considerado pelo seu Valor Novo de Reposição – VNR, nos termos das Resoluções Normativas 234/07 e 338/08, a Base de Remuneração está assim constituída:

COMPONENTES DO INVESTIMENTO REMUNERÁVEL	Revisão (R\$)
Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	41.953
(-) Depreciação Acumulada 64,52%	-27.068
(-) Obrigações Especiais Vinculadas	- 5.544
<b>= Ativo Imobilizado em Serviço</b>	<b>9.341</b>
(+) Almoarifado	628
<b>= Investimento Remunerável (Base de Remuneração)</b>	<b>9.969</b>
(+) Investimentos previstos no Xe	2.314
<b>= Investimento Total Remunerável na Tarifa</b>	<b>12.283</b>
Bens 100% Depreciados	17.017
Variação do IGPM	Xx
Cota de Depreciação – Taxa Média Anual	4,56%

Investimento Remunerável ou Base da Remuneração, é constituído do Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) Líquido e Almoarifado de Operações, deduzido das Obrigações Especiais Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, bem como a Receita Requerida, sobre o qual é calculada a remuneração para efeitos de tarifa.

#### **NOTA 44 – PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente 1% da receita operacional líquida conforme Resolução Normativa 233/06 em programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. A Resolução 176/05 determina o provisionamento contábil pelo regime contábil de competência bem como atualização pela taxa Selic dos saldos não aplicados. Os valores a serem aplicados são registrados no passivo e os gastos efetivos no ativo, quando da conclusão do projeto é feito o encontro de contas e o saldo aplicado a menor é transferido para o ciclo seguinte. Os valores do FNDTC e MME são recolhidos mensalmente à estes órgãos.

	2009			2008		
	Vlr.Provisio nado (211)	Vlr.Aplicad o (112)	Vlr. Líquido	Vlr.Provisio nado (211)	Vlr.Aplicad o (112)	Vlr. Líquido
FNDTC	12	-	12	106	-	106
MME	6	-	6	53	-	53
P&D	489	-	489	366	-	366
PEE	996	77	919	722	33	689
<b>Total</b>	<b>1.503</b>	<b>77</b>	<b>1.426</b>	<b>1.247</b>	<b>33</b>	<b>1.214</b>

#### **NOTA 45 – QUESTÕES AMBIENTAIS**

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa está desenvolvendo ações de monitoramento da qualidade da água e programas de re-vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

**NOTA 46 – ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - (valores em R\$ mil)**

O ano de 2009 foi vivenciado por uma forte queda no consumo da classe Industrial com uma redução de 51,77% (de 45.309 em 2008 para 29.854 MWh em 2009), motivada pelo fechamento de uma unidade da empresa Primo Tedesco no início do ano e pela paralisação da produção da empresa Parmalat, nosso maior consumidor, nos últimos quatro meses do ano, afetados pela grave crise mundial. Nesse período deixamos de faturar uma receita em torno de R\$3,3 milhões, que aliada a compra de energia já contratada, a qual a empresa não pode revender, ocasionou uma queda no lucro estimado na ordem dos R\$4,6 milhões. Também em nosso estado e principalmente nossa região foi afetada por uma forte estiagem no início do ano, causando uma diminuição de 50% na geração nesses meses, ocasionando uma perda de 13,94% na produção das PCHs (de 19.349 em 2008 para 16.981 MWh em 2009) elevando as perdas totais de 8,57% em 2008 para 11,87% em 2009. Outro aspecto também que contribuiu para a diminuição da receita e do lucro, foi na revisão tarifária anual, que em 2009 foi de menos 2,67% contra um aumento de 14,16% em 2008, enquanto que a compra de energia elétrica teve um aumento médio no preço de 7,68%.

Estes foram alguns dos fatores principais que ocasionaram a diminuição da receita e conseqüentemente do lucro líquido de 2009. A empresa atenta a estes fatos, procurou adotar uma política financeira prudente e disciplinada na gestão dos recursos, para garantir um resultado satisfatório ao final do ano de 2009.

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2009:

**Receita Operacional Bruta Anual:** A receita operacional foi de R\$57.438 sendo 1,41% superior a 2008 que foi de R\$56.642. O preço médio da tarifa teve uma redução de 2,67% contra um aumento de 14,16% em 2008.

**Despesas com Pessoal:** As despesas com pessoal em 2009 foram de R\$7.368 e em 2008 foi de R\$6.946 tendo um aumento de 6,08%.

**Despesas com Energia Elétrica:** As despesas com energia elétrica foram de R\$21.891 em 2009 e R\$19.917 em 2008 tendo um aumento de 9,91%. A compra de Energia para revenda foi de R\$23.956 em 2009 e de R\$21.227 em 2008, tendo uma variação de 12,86%. O preço médio da tarifa teve um aumento de 7,68%.

**Ícims s/Faturamento Energia Elétrica:** O Ícims faturado foi de R\$11.981 em 2009 e de R\$11.557 em 2008, tendo uma variação de 3,67%.

**Deduções a Receita exceto Ícims:** As deduções a receita foram de R\$8.521 em 2009 e R\$8.256 em 2008 tendo um acréscimo de 3,21%.

**Demais Despesas Operacionais:** As despesas Operacionais foram de R\$4.935 em 2009 e R\$4.843 em 2008 tendo uma variação de -1,90%.

**Receita Financeira:** As receitas financeiras atingiram o valor de R\$1.079 em 2009 e R\$1.201 em 2008 tendo uma variação de -10,12%.

**Despesas Financeiras:** As despesas financeiras foram de R\$2.283 em 2009 e R\$2.307 em 2008, tendo uma variação de -1,03%.

**Lucro Ajustado p/Dividendo:** O Lucro Ajustado para distribuição de dividendos foi de R\$952, 213,86% menor que em 2008, o qual somou R\$2.989.

**Dividendos:** Para 2009 a Administração esta propondo a distribuição de R\$833 em dividendos, representando 57,21% do lucro ajustado. (47,78% em 2008) e R\$0,05 por ação.


**EBITDA:** Lucro da Atividade excluída as depreciações, em 2009 foi de R\$4.070 e em 2008 de R\$6.373.

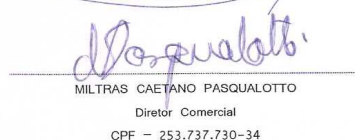
**Capital Circulante Líquido:** O Capital Circulante Líquido foi de R\$1.728 em 2009 e R\$1.966 em 2008, tendo uma redução 12,11%.

**Lucro Líquido do Exercício:** O Lucro Líquido do Exercício foi de R\$902 em 2009 e R\$2.459, tendo uma redução de 63,32%.

**Indicadores Econômico-Financeiros**

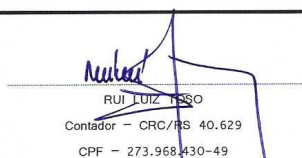
<i>Coefficiente</i>	<i>Formula</i>	<i>Unid</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>
<i>Liquidez Imediata</i>	<i>Disponível</i> <i>Passivo Circulante</i>	%	0,08	0,12
<i>Liquidez Corrente</i>	<i>Ativo Circulante</i> <i>Passivo Circulante</i>	%	1,20	1,21
<i>Liquidez Geral</i>	<i>A.Circ.+Realiz L/P</i> <i>P.Circ.+ Exig. L/P</i>	%	0,63	0,67
<i>Endividamento total</i>	<i>Exigibilidades Total</i> <i>Ativo Total</i>	%	0,55	0,55
<i>Retorno do Capital</i>	<i>Lucro Líquido</i> <i>Patrimônio Líquido</i>	%	0,06	0,16
<i>Razão Operacional</i>	<i>Despesa Operacional</i> <i>Receita Líquida</i>	%	0,93	0,86
<i>Capital Fixo Aplicado</i>	<i>Ativo Permanente</i> <i>Ativo Total</i>	%	0,77	0,75
<i>Despesa Pessoal x Receita Líquida</i>	<i>Despesa Pessoal</i> <i>Receita Líquida</i>	%	0,20	0,19
<i>Energia Comprada x Receita Líquida</i>	<i>Compra Energia</i> <i>Receita Líquida</i>	%	0,59	0,54
<i>Prazo Médio de Cobrança</i>	<i>Devedores</i> <i>Receita Bruta</i>	<i>Dias</i>	29,72	29,97
<i>Prazo Médio de Pagamentos</i>	<i>Credores</i> <i>Compras</i>	<i>Dias</i>	22,64	25,25
<i>Capital de Giro</i>	<i>Ativo Circulante – Passivo Circulante</i>	<i>R\$</i>	1.728	1.966
<i>Lucro Líquido</i>	-	<i>R\$</i>	902	2.459
<i>Dividendos Creditados no ano</i>	-	<i>R\$</i>	920	1.629
<i>Juros s/Capital Próprio</i>	-	<i>R\$</i>	504	453
<i>EBITDA</i>	<i>Lucro Serviço + Depreciação</i>	<i>R\$</i>	4.070	6.373

  
 ALBANO ERINEU KEYSER FILHO  
 Diretor Presidente  
 CPF – 408.722.970-04

  
 MILTRAS CAETANO PASQUALOTTO  
 Diretor Comercial  
 CPF – 253.737.730-34

  
 RAFAEL SANT'ANNA DE MORAES  
 Diretor Administrativo-Financeiro  
 CPF – 650.072.120-91

  
 GIULIANO CECCONELLO  
 Diretor Técnico  
 CPF – 645.955.600-87

  
 RUI LUIZ TASSO  
 Contador – CRC/RS 40.629  
 CPF – 273.968.430-49

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmo srs.  
Acionistas e Administradores de  
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR

Examinamos o balanço patrimonial da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A – ELETROCAR referente a 31 de dezembro de 2009, comparativamente com 31 de dezembro de 2008, a Demonstração do Resultado do Exercício relativas a 31 de dezembro de 2.009, comparativamente com o exercício de 2008, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2009, comparativamente com o exercício de 2.008 a Demonstração dos Fluxos de Caixa de 31 de dezembro de 2009, comparativamente com o exercício de 2.008 e a Demonstração do Valor Adicionado de 31 de dezembro de 2009, comparativamente com o exercício 2.008. Nossa responsabilidade é manifestar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transação, o sistema contábil e os controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando analisadas em conjunto com as notas explicativas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR, em 31 de dezembro de 2.009, e o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e a demonstração do valor adicionado, referentes aos períodos findos naquelas datas, de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2008, apresentadas para fins de comparação não foram examinadas por auditores independentes.

Porto Alegre/RS, 25 de março de 2010.

ANTONIO CÉSAR DA SILVA  
CONTADOR – CRC/RS 43890/o RS  
CNAI 1076



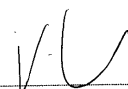

PEGASUS AUDITORES ASSOCIADOS SS  
CNPJ 06.951.205/0001-39  
REGISTRO CVM - AD 9.004 - CRC/RS Nº 4.305

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S.A., dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas, relativos ao ano de 2009, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembléia Geral.




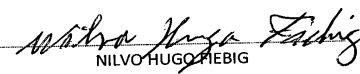
Carazinho/RS, 30 de março de 2010

  
PAULO VITOR POHLMANN  
CPF – 438.569.770-15  
MILTON MUHLEN DOS SANTOS  
CPF – 418.844.500-91  
JOSÉ CARLOS CENCI  
CPF – 378.628.800-04  
VELCI GOMES DE OLIVEIRA  
CPF – 325.680.100-53  
ONOFRE DERLY GONÇALVES DIAS  
CPF – 145.560.570-00

## DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 130. dos Estatutos Sociais da Companhia e tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 das Sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, submetendo-os à deliberação final da Assembléia Geral.

Carazinho/RS, 12 de abril de 2010

  
MARIO LUIZ PIVA  
Presidente  
CPF – 008.052.540-72  
JORGE DIAS DE MEIRA  
Vice-Presidente  
CPF – 154.115.830-04  
IVAN AUGUSTO CERIOLI  
Conselheiro  
CPF – 126.441.290-87  
JOSÉ JAIR SCHERER DOS SANTOS  
Conselheiro  
CPF – 638.513.260-91  
NILVO HUGO REBIG  
Conselheiro  
CPF – 040.725.610-53